



MUNICÍPIO DA SERRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

PUBLICADA NO DIÁRIO

EM, 22/7/2024

DECRETO Nº 6.630, DE 19 DE JULHO DE 2024

TORNA PÚBLICO A RELAÇÃO DOS (AS)
BENEFICIÁRIOS (AS) REMANESCENTES
CONTEMPLADOS (AS) NO
EMPREENDIMENTO HABITACIONAL
LOCALIZADO NO LOTEAMENTO
RESIDENCIAL PARQUE DA VILA, BAIRRO
VILA NOVA DE COLARES, SERRA (ES).

O PREFEITO MUNICIPAL DE SERRA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, usando das atribuições legais que lhe são conferidas pelo disposto no inciso V do artigo 72 da Lei Orgânica do Município da Serra, e considerando o inteiro teor do processo nº 47161/2024,

DECRETA:

Art. 1º Torna público, nos termos do artigo 2º, parágrafo único, da Lei Municipal nº 4.980 de 4 de abril de 2019, a relação dos (as) beneficiários (as) remanescentes contemplados (as) para recebimento do empreendimento habitacional localizado no Loteamento Residencial Parque da Vila, Bairro Vila Nova de Colares, Serra (ES), em classificação na ordem correta e crescente, a saber:

Nº	NOME/NOME SOCIAL	CPF	CÔNJUGE/ COMPANHEIRO(A)
01	Ana Cleide Gomes de Souza	023.***.***-93	Wallace Roffes De Carvalho
02	Aurenice Alves de Oliveira	024.***.***-46	Não se aplica
03	Jaqueline Ribeiro Da Conceição	085.***.***-86	Não se aplica

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se as disposições em contrário.

Palácio Municipal em Serra, 19 de julho de 2024.

ANTÔNIO SERGIO ALVES VIDIGAL
Prefeito Municipal



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://prefeiturasempapel.serra.es.gov.br/autenticidade> utilizando o identificador 31003000360034003100340031003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **ANTONIO SERGIO ALVES VIDIGAL** em **19/07/2024 10:18**

Checksum: **2E5FB6758B2978155DAFC57D30A7E83E85A92F98A6FEE94DF547673C3233D5CB**



Autenticar documento em <https://prefeiturasempapel.serra.es.gov.br/autenticidade>
com o identificador 31003000360034003100340031003A00540052004100, Documento assinado
digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.